

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, ARTES E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCATION ON HUMAN RIGHTS, ARTS AND UNIVERSITY EXTENSION:
A REPORT ON THE EXPERIENCE IN BASIC EDUCATION

EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS, ARTES Y EXTENSIÓN
UNIVERSITARIA: REPORTE DE EXPERIENCIA EN EDUCACIÓN BÁSICA

Cilene Margarete Pereira¹
Luciano Marcos Dias Cavalcanti²
Edilaine Gonçalves Ferreira de Toledo³

RESUMO

A educação em direitos humanos tem o fim de capacitar pessoas e difundir informações para a promoção de uma cultura em direitos humanos por meio de programas e planos de educação em direitos humanos (ONU, 2006). Pensar em educação em direitos humanos significa, portanto, acenar de modo direito para uma educação e uma sociedade inclusivas, que promovam a inserção de todos os grupos e indivíduos, sem segregações ou discriminações, sobretudo das chamadas minorias sociais (SODRÉ, 2005). Considerando este contexto, o artigo relata a experiência do Projeto de Extensão “Artes e Direitos Humanos: educação e formação cidadã na educação básica”, realizado pela UNIFAL-MG, Campus Varginha, juntamente com alunos do 3.º ano do Ensino Médio do CEFET, Campus Varginha. Tendo como áreas temáticas Direitos Humanos e Justiça e Educação, o projeto reflete sobre a relação entre direitos humanos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, visando contribuir com a formação cidadã dos envolvidos por meio da educação em direitos humanos. Para tanto, fez uso da metodologia das Tertúlias Dialógicas adaptada ao contexto. A participação no projeto de extensão permitiu aos envolvidos (alunos da UNIFAL-MG e do CEFET-MG) um contato mais eficaz com temáticas dos direitos humanos e colaborou com sua formação crítica e reflexiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Direitos Humanos. Tertúlias Dialógicas. Extensão. Relato de experiência. Educação Básica.

ABSTRACT

The education on human rights aims at enabling people to spread information for the promotion of human rights culture through programs and education plans on human rights (ONU, 2006). Thinking about education on human rights means waving towards education and an inclusive society, which promotes the insertion of all groups and individuals, without any segregations or prejudice, especially against those so-called social minorities (SODRÉ, 2005). Considering this context, the study shows the experience of the Extension Project “Arts and Human Rights: education and citizenship background support during basic education”, performed by UNIFAL-MG, Campus Varginha, together with students from the high school senior year at CEFET, Campus Varginha. Having as main areas Human Areas and Justice and Education,

¹ Doutora em Teoria e História Literária (UNICAMP). Professora Visitante da Universidade Federal de Alfenas, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (UNIFAL-MG/ICSA), Coordenadora do Projeto de Extensão Artes e Direitos Humanos: educação e formação cidadã na Educação Básica. E-mail: cilene.margarete.pereira@gmail.com/cilene.pereira@unifal-mg.edu.br

² Doutor em Teoria e História Literária (UNICAMP). Foi Professor substituto da Universidade Federal de Alfenas, no Instituto de Ciências Humanas e Letras (UNIFAL-MG/ICHL). Coordenador Adjunto do Projeto de Extensão Artes e Direitos Humanos: educação e formação cidadã na Educação Básica. E-mail: luciano.dias.cavalcanti@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (PUC-SP). Docente efetiva no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Campus Varginha. Colaboradora no Projeto de Extensão Artes e Direitos Humanos: educação e formação cidadã na Educação Básica, da UNIFAL-MG, Campus Varginha. E-mail: edigonfer@hotmail.com/edilainetoledo@cefetmg.br

the Project reflects on the relation between human rights and social groups in situation of vulnerability, aiming, thus, at contributing to a citizenship background support for the students through education on human rights. For such, the methodology of the Dialogical Gatherings, adapted to the context was used. The participation on the extension Project allowed the people involved (students from UNIFAL-MG and from CEFET-MG) a more efficient contact with the themes related to human rights and collaborated with its critical and reflective background formation.

KEYWORDS: Education on Human Rights. Dialogical Gatherings. Extension. Experience Report. Basic Education.

RESUMEN

La educación en derechos humanos tiene como objetivo capacitar a las personas y difundir información para promover una cultura de derechos humanos a través de programas y planes de educación en derechos humanos (ONU, 2006). Pensar la educación en derechos humanos significa, por tanto, orientarse con razón hacia una educación y una sociedad inclusivas, que promuevan la inserción de todos los grupos y personas, sin segregaciones ni discriminaciones, especialmente de las denominadas minorías sociales (SODRÉ, 2005). Considerando este contexto, el artículo relata la experiencia del Proyecto de Extensión “Artes y Derechos Humanos: educación y formación ciudadana en la educación básica”, realizado por la UNIFAL-MG, Campus Varginha, junto con alumnos del 3º año de Enseñanza Media del CEFET, Campus Varginha. Teniendo como áreas temáticas los Derechos Humanos y la Justicia y la Educación, el proyecto reflexiona sobre la relación entre los derechos humanos y los grupos sociales vulnerables, con el objetivo de contribuir a la formación ciudadana de los involucrados a través de la educación en derechos humanos. Para ello, hizo uso de la metodología de las Tertulias Dialógicas adaptada al contexto. La participación en el proyecto de extensión permitió a los involucrados (estudiantes de UNIFAL-MG y CEFET-MG) tener un contacto más efectivo con los temas de derechos humanos y colaboró con su formación crítica y reflexiva.

PALABRAS CLAVE: Educación en Derechos Humanos. Tertulias Dialógicas. Extensión. Reporte de experiencia. Educación básica.

INTRODUZINDO...

A educação em direitos humanos compreende uma série de atividades educativas que objetivam capacitar e difundir informações para a criação de uma cultura em direitos humanos (UNESCO, 2006). Entre seus objetivos, está o reconhecimento de que toda pessoa ou grupo social é “sujeito de direitos” e “capaz de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que reconheça e respeite os direitos do outro”, desenvolvendo, desse modo, uma “sensibilidade ética nas relações interpessoais”. (BRASIL, 2012, p. 10). São princípios, portanto, da educação em direitos humanos: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, p. 9-10).

Para Magendzo, a defesa dos direitos humanos e de sua educação se alicerça na ideia de transformação social e de visibilidade de grupos sociais e culturais excluídos das instâncias decisórias, considerando a participação da sociedade civil. (MAGENDZO, 2016, p. 221). Freire alerta que a educação em direitos humanos, “na

perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada [...], com vistas à reinvenção do mundo, a reinvenção do poder” (FREIRE, 2008, p. 99), isto é, interessada na quebra de hegemonias e na fratura das relações de dominação que fundamentam nossa sociedade.

Pensar em educação em direitos humanos significa, portanto, acenar de modo direito para uma educação e uma sociedade inclusivas, que promovam a inserção de todos os grupos e indivíduos, sem segregações ou discriminações, sobretudo das chamadas minorias sociais (SODRÉ, 2005), grupos vulneráveis, ausentes de representação em instâncias decisórias, que são comumente vítimas de processos discriminatórios e de estigmatizações derivadas de condições desiguais, para os quais é necessária proteção jurídica.⁴

Considerando este contexto, este artigo relata a experiência do Projeto de Extensão “Artes e Direitos Humanos: educação e formação cidadã na Educação Básica”, desenvolvido pela Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha/MG (UNIFAL-MG/), realizado juntamente com alunos de terceiros anos de cursos técnicos (Edificações, Informática e Mecatrônica) do Centro Federal de Educação Teológica de Minas Gerais, campus Varginha/MG (CEFET-MG/Varginha). O objetivo do projeto foi refletir, junto com os alunos, sobre a relação entre direitos humanos e grupos sociais excluídos e/ou em situação de vulnerabilidade e sua representação na materialidade de objetos culturais específicos, visando contribuir com a formação cidadã de agentes sociais diversos por meio da educação em direitos humanos. Para alcançar essa proposição o projeto fez uso adaptado da metodologia das Tertúlias Dialógicas (participativa e coletiva), nomeada de Tertúlias das Artes, justamente por envolver objetos culturais brasileiros diversos, como audiovisual, canção e literatura.

O período de execução do projeto foi de março a dezembro de 2022, realizado presencialmente nas instalações do CEFET-MG/Varginha, nos horários das aulas da disciplina Produção Textual (cedidas pela professora-parceira que participava das rodas de conversa), tendo em vista a quinta competência do ENEM, relativa à solução de um problema social, respeitando os direitos humanos.⁵ Embora o projeto não tenha como

⁴ Esses grupos são contemplados, particularmente, na terceira geração dos direitos humanos, sob a denominação de Direitos Coletivos.

⁵ Após aprovação do projeto de extensão pelos órgãos internos da UNIFAL-MG e do CEFET-MG/Varginha, foi feita uma seleção de alunos da UNIFAL-MG para participar do projeto como

resultado a produção textual dos alunos, ela era parte importante da avaliação do bimestre em curso pela professora-parceira do projeto, que utilizava a discussão promovida pelas Tertúlias das Artes para composição de repertório cultural e argumentativo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ARTES E DIREITOS HUMANOS: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**, de 2018, observa que é um desafio grande tratar de temas relativos aos direitos humanos na América Latina e, particularmente, no Brasil, “caraterizados historicamente pelas violações dos direitos humanos”, pela “precariedade e fragilidade do Estado de Direito e por graves e sistemáticas violações dos direitos básicos de segurança, sobrevivência, identidade cultural e bem-estar mínimo de grandes contingentes populacionais.” (BRASIL 2018a, p. 8).

Mais de três décadas após o fim da ditadura militar (1964-1985), ainda são comuns no Brasil violações dos direitos humanos e uma cultura de negação destes, originária de nossa própria formação histórico-social violenta, construída a partir de um processo exploratório colonial, da escravidão, do genocídio de populações indígenas e negras, etc. Somos um país, ao contrário do que se diz, acostumado à prática da violência. Chauí afirma que existiria, no Brasil, o mito da não violência do brasileiro, “construído graças a um processo de exclusão social e histórica preciso, cuja finalidade é admitir a existência inegável da violência, mas fazendo-a aparecer de modo a negá-la” (CHAUI, 1980, p. 2). Trata-se, portanto, de um processo de naturalização da violência, fazendo com que ela se torne invisível (porque cotidiana), de modo que aqueles que a

voluntários (março). Em março, foi feita a capacitação dos selecionados, por meio de discussões sobre o referencial teórico do projeto e sobre sua metodologia, as Tertúlias Dialógicas. Em abril, foi feita uma visita ao CEFET-MG/Varginha para apresentação do projeto e uma roda de conversa sobre direitos humanos e grupos minoritários, para sondagem de conhecimentos prévios. Em abril, foi feita a eleição dos temas que os alunos do CEFET-MG/Varginha gostariam que fossem temas das Tertúlias. Na ocasião, os alunos nomearam suas Tertúlias das Artes. As Tertúlias da Informática foram Tertúlias das Artes Garotos de programa; a da Mecatrônica, Tertúlias das Artes Sobreviventes; a da Edificações, Tertúlias das Artes A casa caiu.

vivenciam passam a compreendê-la “como um acontecimento esporádico ou acidental e não como uma constitutiva própria sociedade brasileira” (CHAUI, 1980, p. 2), decorrendo disso uma falsa ideia de não violência do brasileiro.

Silva e Tavares apontam, nesse sentido, que a herança e a forma de organização político-social do Brasil têm refletido em situações permanentes de discriminação e de violências, evidenciando que essas “manifestações de comportamentos são construções sociais, históricas, que vão sendo subjetivadas nas pessoas, e contribuem para o afastamento do acesso aos direitos para todos(as)”, provocando a “invisibilidade das pessoas, por suas identidades culturais” em uma sociedade que hierarquiza e rotula as pessoas como “normais” e “diferentes”, valorizando as primeiras em detrimento das segundas, que “não são dignas de terem tratamento e direitos iguais.” (SILVA; TAVARES, 2012, p. 38).⁶

Entende-se, no projeto de extensão em foco nesse artigo, que a prática educativa em nossa sociedade deve buscar preparar “crianças e jovens para uma compreensão mais ampla da realidade social” para que estas “se tornem agentes ativos de transformação dessa realidade” (LIBANEO, 1994, p. 151). Para isso, é fundamental uma prática pedagógica alinhada com a cultura dos direitos humanos, tal como apontam as **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, ao pontuar que a Educação Básica deve se pautar por “princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018a, p. 7).

Nesse sentido, a educação em direitos humanos prevê a formulação de metodologias ativas e participativas, que considerem o processo de escuta e de fala de todos, alinhado a uma educação inclusiva e pautada no respeito ao outro e à diversidade. A metodologia das Tertúlias Dialógicas atende bem a essa prerrogativa, uma vez que se trata de uma roda de conversa horizontalizada entre seus participantes, tendo como ponto de partida a leitura e a apreciação de objetos culturais específicos que fazem parte de um repertório canônico das artes.⁷ O encontro tem o objetivo de reunir pessoas para

⁶ A Constituição Federal, de 1988, é certamente um dos pontos importantes na emergência e na reivindicação dos direitos humanos no Brasil, na medida em que reconhece a dignidade da pessoa humana (princípio dos direitos humanos) como um dos fundamentos da nação, aliada ao exercício pleno da cidadania, passando, o país, a “ratificar os mais importantes tratados internacionais (globais e regionais) de proteção dos direitos humanos, além de reconhecer a jurisdição da Corte Internacional dos Direitos Humanos e do Estatuto do Tribunal Penal Internacional” (BRASIL, 2018a, p. 9).

⁷ “Las tertulias literarias dialógicas se iniciaron en 1980 en la escuela de personas adultas La Verneda-Sant Martí y están funcionando en múltiples contextos educativos y ámbitos de la educación social. Se

dialogar e refletir, de maneira coletiva, a respeito de temas que perpassam as obras clássicas universais, que expressam, com bastante profundidade, tópicos que alcançam a todas as pessoas. O primeiro tipo de Tertúlia Dialógica foi a literária, reservando-se, portanto, à leitura e apreciação de obras clássicas da literatura universal.

Considerando que a Tertúlia era uma metodologia e que deveria/poderia ser adaptada a contextos específicos, e se tratando de público formado por jovens de 17 a 18 anos do Ensino Médio de uma instituição federal, localizado no Sul de Minas, sob forte influência do agronegócio e de produtos culturais derivados destes, como o chamado sertanejo universitário, algumas modificações foram feitas em sua aplicação. Uma delas se referiu ao próprio objeto da Tertúlia, que não foi circunscrito à literatura apenas, visto que eles, como estudantes do Ensino Médio tinham contato com obras clássicas de nossa literatura por intermédio da leitura direta ou das aulas de literatura. Ou seja, a Tertúlia Dialógica teve um alargamento cultural, utilizando, além de textos literários, outros de campos culturais como o audiovisual e a canção popular, perfazendo o que se chamou de Tertúlias das Artes. Dentro desses campos culturais (literatura, cinema, canção) foram priorizados objetos produzidos no Brasil, em língua portuguesa,⁸ e de menor extensão, optando-se por contos e poemas e curtas-metragens brasileiros (nos casos, respectivos, da literatura e do cinema) para favorecer a adesão leitora dos alunos e possibilitar a releitura nos momentos dos encontros.

Outra adaptação realizada em relação à seleção dos objetos culturais foi acerca da contemporaneidade das obras, uma vez que foram utilizados não só materiais considerados canônicos em nossa cultura, mas também objetos mais recentes e próximos temporalmente dos alunos, preservando, sempre, a qualidade estética/temática das obras escolhidas. Na Tertúlia das Artes que teve como tema “Trabalho e exploração”, por exemplo, foram lidos e discutidos o poema de Vinícius de Moraes, de 1962, **Operário em construção**, e a canção **Construção**, de Chico Buarque, de 1970. Ao lado destes dois textos já cristalizados em nossa tradição cultural, foi discutido um curta-metragem de 2015, dirigido por Idalina Vinuto, **Trabalho precário, produção de**

ubican en zonas geográficas distintas y cuentan con participantes de varios niveles socioeconómicos (Constantino,

Marigo y Moreira, 2011). Actualmente, hay más de 200 tertulias literarias dialógicas en Europa y Latinoamérica (CONFAPEA, 2012; Giner, 2011). Como AEE, se ha demos trado que las tertulias favorecen el incremento del nivel de competencia lingüística, aceleran el aprendizaje instrumental y mejoran la convivencia, al promover transformaciones personales, culturales y sociales.” (FLECHA; CARRIÓN; GONZÁLEZ, 2013, p. 142)

⁸ Relacionando-se, assim, não só com temas de disciplinas do CEFET-MG/Varginha, mas também com a formação das professoras envolvidas no projeto.

luxo,⁹ sobre as condições de trabalho precarizado de mulheres que costuram para grandes confecções. No caso do tema “Movimento negro”, optou-se por selecionar apenas canções, explorando bastante o repertório do *rap*, gênero que muitos alunos do CEFET-MG/Varginha disseram preferir.¹⁰ Ainda que muitas obras chamadas ao debate não fossem ainda canonizadas, devido ao tempo de existência, elas eram inspiradoras da reflexão de seus participantes e representativas de sua época. Um dos objetos que gerou grande envolvimento dos alunos, quando tratado o tema da “Alienação”, foi, por exemplo, a canção **Admirável chip novo**, da roqueira Pitty, promovendo uma leitura intertextualizada com o clássico **Admirável mundo novo**, de Aldous Huxley, publicado em 1932, havendo, nesse momento, uma discussão sobre o gênero distópico.

Antes do início das Tertúlias das Artes, mediante a leitura e discussão de um referencial teórico acerca de direitos humanos, educação em direitos humanos e minorias sociais e de documentos como o **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**, citado na introdução deste texto, e da **Agenda para 2030**, foram selecionados pelos alunos da UNIFAL-MG, Campus de Varginha, dezessete temas relativos aos direitos humanos, sobre os quais seria feita uma coleta de objetos culturais ilustrativos. Ou seja, não se escolheu primeiramente as obras a serem discutidas nas rodas de conversa, mas os temas. A escolha das obras foi posterior à organização dos temas e de responsabilidade da equipe executora da UNIFAL-MG, Campus Varginha.

Os temas elencados na figura 1 foram apresentados aos alunos do CEFET-MG/Varginha que elegeram aqueles que gostariam de discutir (cada turma escolheu seis temas, visto que seriam seis Tertúlias em cada turma). A partir disso foi construído um cronograma com os temas de cada Tertúlia e seus respectivos dias, definidos com base no calendário escolar do CEFET-MG/Varginha.

⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=msfDFm6sLdc&feature=emb_imp_woyt. Acesso em 27 out. 2022.

¹⁰ As canções utilizadas foram: **Black Star** (Flávio Renegado); **Exu nas Escolas** (Kiko Dinucci / Edgar); **A Coisa Tá Preta** (MC Rebecca); **Bluesman** (Baco Exu do Blues); **Eu não sou racista** (Nego Max).



Figura 1: Os dezessete temas e, em destaque vermelho, os temas escolhidos pelos alunos do CEFET-MG/Varginha

As Tertúlias aconteceram nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e novembro. Os materiais com os objetos culturais que tematizam os assuntos escolhidos foram organizados pelos alunos da UNIFAL-MG, Campus Varginha, e enviados aos representantes de turmas sempre com antecedência mínima de 7 a 10 dias para que todos pudessem ler, ouvir, ver. A professora-parceira incentivava a participação de todos, sugerindo que além da leitura, audição, visualização do material fizessem pesquisas sobre os temas, para contextualizar melhor suas impressões e falas nas rodas de conversa.

Um dos principais pontos de uma Tertúlia Dialógica é a ideia de horizontalidade, isto é, todos os participantes, independente do lugar social que ocupam, têm direito a se expressar, sem que haja distinção de gênero, idade, conhecimento, etc. Em uma Tertúlia realizada no espaço escolar, por exemplo, o professor não detém o saber ou a fala, é mais um integrante da roda, que muitas vezes assume a função de moderador, visto que a roda pretende favorecer a participação de pessoas que têm pouco experiência leitora ainda e que não possuem conhecimentos profundos sobre os objetos culturais de reflexão. Uma Tertúlia Dialógica parte do princípio que “todas as pessoas têm capacidade de ação e reflexão e possuem uma inteligência cultural associada a seu contexto particular, que abrange o saber acadêmico, a prática e a comunicação”.¹¹ Isso é particularmente interessante de ser observado em ambientes que seus participantes

¹¹ Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/6/580d15e17ff1060840d2c6606046dc28.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

possuem baixa escolaridade, mas exercem sua reflexão a partir de suas vivências, colocando-se no lugar das personagens das obras que leem/ouvem/assistem. No caso do CEFET-MG/Varginha, essa formação identitária heterogênea dos alunos era sentida em suas manifestações, sobretudo a partir de seus relatos que ilustravam o que os versos da canção, do poema ou um trecho de um curta-metragem apontava como elemento de discussão. Na discussão do tema “Racismo estrutural”, por exemplo, vários alunos citaram situações de preconceito velado e momentos em que se sentiram discriminados. Muitos reconheceram situações de privilégios ao ter contato com outros grupos sociais dentro da própria escola, emocionando-se ao contar algumas histórias. Foi particularmente importante os temas “Estereótipos de gênero” e “Violências contra as mulheres”, que foram discutidos em profundidade por garotos e garotas de 17, 18 anos, dispostos a romper com atitudes machistas e de violência. Em muitos momentos, os alunos acionavam, em suas impressões sobre os objetos culturais, referenciais estudados em aulas como sociologia e história, tratando da relação entre exploração do trabalho e capitalismo, contexto histórico, ditadura e censura, aparelhos de vigilância, ideologia e Estado, etc.

Para que a dinâmica acontecesse de maneira equilibrada e igualitária (afinal, tratavam-se de adolescentes com muita energia e disposição para o embate verbal), a figura do moderador foi fundamental. O moderador na Tertúlia Dialógica é escolhido entre os participantes e muitas vezes é aquele quem organiza a roda. Sua função é inscrever os participantes que queiram se manifestar a respeito do objeto em discussão e organizar as falas de cada inscrito. Ele não tem função de contextualizar ou explicar a obra, mas de coordenar as falas dos participantes, garantindo a participação de todos.

No caso do projeto de extensão **Artes e Direitos Humanos: educação e formação cidadã na Educação Básica**, a professora coordenadora do projeto assumiu a função de moderadora, sendo a responsável por moderar todos os encontros em todas as turmas, devido justamente à sua experiência docente com alunos de Ensino Médio. Os alunos da equipe executora (UNIFAL-MG, Campus Varginha) participaram das Tertúlias, emitindo suas impressões em relação às obras em discussão, considerando, sempre, o princípio democrático e não hierárquico entre os saberes. Ou seja, eles tinham ciência que não estavam lá para ensinar ou palestrar sobre o assunto, mas para exercer a escuta (fundamental em uma atividade extensionista) e a fala-aprendiz, seguindo os ensinamentos de Freire, para quem, “o conhecimento não se estende do que se julga

sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1977, p. 36). Entende-se, assim, a extensão, praticada por meio das Tertúlias Dialógicas, como um processo de comunicação e de inserção em um contexto social diverso do da Universidade.

No depoimento seguinte, de uma aluna da UNIFAL-MG/Varginha participante do projeto, destaca-se o processo de aprendizagem que se dá na interação com o outro:

Aprendi muito com o projeto. É muito interessante ver as diferentes percepções de mundo que os alunos têm. O que me fez também mudar a minha opinião sobre determinados assuntos que foram discutidos.

Uma aluna da UNIFAL-MG/Varginha destaca a importância do acolhimento dos alunos e de

[...] como a coordenadora [do projeto] conduzia as conversas para que os alunos se sentissem à vontade para conversar, que foi algo que gostei muito. Porque assim como eu [...], os alunos ficavam muito retraídos no começo, mas com a coordenadora e a forma como ela começava as conversas, os alunos ficavam à vontade e começavam a conversar.

Outro aluno da UNIFAL-MG/Varginha ressalta o crescimento de seu próprio repertório cultural ao ter contato com objetos que não conhecia:

Outro fato importante no meu desenvolvimento, foi a oportunidade de conhecer e reconhecer o trabalho de vários artistas nacionais, os quais eu ainda não tinha o hábito de ouvir ou ver, e muito menos compreender suas críticas sociais sobre os vários momentos da sociedade brasileira, em especial o seu atual momento histórico.

Dentre os temas trabalhados, um aluno da UNIFAL-MG/Varginha destacou o referente ao racismo estrutural.

O que mais chamou a atenção, além da maturidade dos alunos com o tema, foi a exposição de racismo vivida ou presenciada por eles, principalmente as vivenciadas dentro de institutos de ensino, algo muito importante para compreender do que se trata o racismo estrutural e sua forma velada de violência.

Sobre a experiência geral de ter participado de um projeto de extensão, os alunos expõem o seguinte:

<i>Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 7-25, set./dez. 2022.</i>	
Recebido em: 30 set. 2022	Aceito em: 30 dez. 2022

Como o objetivo da extensão é construir conhecimento para ambos os lados, o seu papel foi cumprido, estou encerrando com a certeza de que cresci muito como pessoa e pude também contribuir para o crescimento dos outros envolvidos.

[...] eu sinto que aprendi habilidades como trabalho em grupo, escuta ativa, comunicação e relações interpessoais durante a extensão. Também tive a chance de ouvir e ver realidades diferentes das minhas, tive ciência dos meus privilégios e também desvantagens sociais.

Para fim de acompanhamento dos resultados parciais do projeto, foi elaborado um questionário, que era repassado aos alunos, via representante de turma do CEFET-MG/Varginha, após o final dos encontros. O primeiro questionário foi impresso e teve adesão de 100% dos participantes. A partir do segundo encontro (até o quinto encontro), foi utilizado um questionário virtual, que ficava disponível para preenchimento até a data da próxima Tertúlia. Diante da baixa adesão dos alunos no preenchimento online, foi decidido que seria feita uma avaliação final e geral no último encontro com uso de formulário impresso, para garantir a coleta de dados avaliativos.

O questionário avaliativo realizado durante o projeto visava garantir o conforto dos alunos diante dos temas e discussões e aferir a validade do projeto, no que diz respeito a sua efetividade como compreensão dos temas e do aprofundamento argumentativo. Composto por nove questões fechadas e uma aberta, reservada ao depoimento do aluno (esse depoimento poderia ser publicizado a partir da permissão do aluno, com ou sem sua identificação), o questionário continha questões como:

“A discussão dos objetos culturais contribuiu para estabelecer uma relação empática com o tema tratado?”;

“Como foi, para você, ouvir outras pessoas a respeito do tema?”;

“É importante debater esse tema na escola?”;

“Como você se sentiu ao ter contato com o tema e os objetos culturais?”, etc.

Em relação a essa última questão, entre as opções, havia a possibilidade de marcar mais de uma e colocar outra não identificada na sugestão de repostas, que continha, entre elas, “pensativo/a”; “acolhido/a”; “desconfortável”; “libertado/a”, etc. Durante o projeto, nenhum discente marcou a opção “desconfortável”. A grande maioria optou por “pensativo/a” e “surpreso/a”. Seguem alguns depoimentos do discentes do CEFET-MG/Varginha:

Participar das Tertúlias tem sido muito importante, é extremamente interessante ver diferentes opiniões acerca do assunto e que somam novos conhecimentos para a vida como um todo. Muitas vezes, uma nova ideia de comentário surge a partir da fala do outro (algo que não ocorreria com uma simples análise individual) e os temas, geralmente, foram bem produtivos. Agradeço o carinho de todos da Unifal que fizeram parte desses nossos momentos! (Discente de Mecatrônica)

O projeto Tertúlia das Artes está sendo uma oportunidade enriquecedora, observar jovens debatendo com argumentos tão consistentes mostra que a nossa sociedade tem jeito sim! Esse tema em questão foi muito relevante [o tema era “Refugiados”], uma vez que já foi tema do ENEM e, durante o debate, abordou o racismo, machismo, analfabetismo e questões políticas. (Discente de Informática)

Foi um momento extremamente interessante e construtivo, tanto do ponto de vista argumentativo, como também cidadão. O debate pautado em respeito e compartilhamento, me ajuda como aluna e pessoa a ter um maior senso crítico acerca do que está ao meu redor e como isso se deu. (Discente de Mecatrônica)

Vocês são uma equipe sensacional e contribuem não só para minha formação acadêmica como tem contribuído para minha formação como pessoa. Este projeto deve ser levado a muitas outras instituições e para diferentes grupos de pessoas de modo que possa influenciar na vida da nossa sociedade como um todo. Novos pensamentos geram uma nova perspectiva de vida! (Discente de Edificações)

Eu acho que todos assuntos abordados nas tertúlias são de extrema importância. Partilhar experiências e vivências, quais evidenciam a realidade dos temas abordados a partir de situações que ocorrem no nosso dia-a-dia (muitas vezes inconscientemente), ajuda para que nós nos conscientizemos e façamos o mesmo com outras pessoas, de certa forma contribui um pouco no combate de tais violências sofridas pela “minorias”, que é oprimida frequentemente e normaliza as situações que não devem ser normalizadas, e sim, combatidas. Saber que tem mais gente que preza pelo zelo ao próximo do que em prejudicar o próximo é acolhedor e reconfortante, aliados na luta contra as injustiças. (Discente de Informática)

Antes de cada tertúlia, com os materiais, é difícil você lembrar de algum evento específico que te marca sobre o tema tratado, mas, em debate, parece que tudo fica mais claro: você tem a oportunidade de discutir, de entender e notar que essas realidades estão mais próximas do que imaginamos. (Discente de Edificações)

O questionário avaliativo mais geral, realizado no último encontro, em novembro de 2022, tinha o objetivo de coletar dados quantitativos a respeito da experiência dos alunos. Foram feitas 14 perguntas aos alunos, das quais destacamos as referentes a uma apreciação mais geral do projeto e de sua importância no espaço escolar:

<i>Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 7-25, set./dez. 2022.</i>	
Recebido em: 30 set. 2022	Aceito em: 30 dez. 2022

Questão	Informática	Mecatrônica	Edificações
	19 alunos	12 alunos	26 alunos ¹²
Você gostou de participar do projeto e das Tertúlias das Artes?	Sim 100%	Sim 91,7% Às vezes 8,3%	Sim 92,3% Às vezes 7,7%
Você acha que o projeto deveria ter continuidade ou ser replicado em outras turmas e escolas?	Sim 100%	Sim 91,7% Não marcou: 8,3%	Sim 100%
Você acha que seria importante ter uma disciplina sobre Direitos Humanos na escola?	Sim 78,9% Talvez 21,1%	Sim: 91,7% Talvez: 8,3%	Sim 96% Talvez 4%
O projeto acrescentou algo à sua percepção sobre os temas discutidos?	Sim 100%	Sim 91,7% Talvez 8,3%	Sim 92% Talvez 8%

Uma outra forma de avaliação do projeto foram as redes sociais (Facebook e Instagram). Criadas inicialmente com o intuito de servir para comunicação com a comunidade, na divulgação do projeto, e ao mesmo tempo com um registro memorialístico das atividades, as redes sociais funcionaram como ferramenta de interação entre os participantes das Tertúlias das Artes e índice de medição de envolvimento destes no projeto, na medida em que repostavam as publicações e/ou comentavam. Nas redes sociais, publicizavam-se também os depoimentos dos alunos, identificados ou não de acordo com as autorizações de seus autores.

Entre a criação das redes sociais, março de 2022, e a finalização das Tertúlias das Artes, novembro de 2022, foram postados 68 stories, contendo caixinhas de perguntas, interações, trechos de objetos culturais, divulgação das publicações e avisos. No Instagram, foram criados 4 destaques (“Quem somos”, “Para refletir”, “Minorias Sociais”, “Tertúlias”). No caso dos dois últimos, foi utilizado parte do material apresentado para discussão no primeiro encontro com os alunos do CEFET-MG/Varginha, conceituando minorias sociais (SODRÉ, 2005) e a metodologia do projeto, baseada nas Tertúlias Dialógicas.

Ao todo, no Instagram, foram 42 publicações. Nesse período, o projeto teve 107 seguidores, dos quais constavam muitos alunos do CEFET-MG/Varginha. No caso do Facebook, os dados são os mesmos, devido à replicação da própria rede social (que usa os dados do Instagram), mas com um número maior de seguidores, 113 pessoas. Em geral, o engajamento nos conteúdos era bem equilibrado em termos de gênero, mas

¹² Considerando o número de alunos participantes do projeto, a turma que apresentou mais faltas foi a da Mecatrônica, que, na última Tertúlia, estava com metade dos alunos em sala de aula.

prioritariamente feito por mulheres, 54% dos conteúdos postados até 31 de outubro de 2022.¹³

O projeto foi desenvolvido, como dito na introdução deste texto, em parceria com uma docente do CEFET-MG/Varginha, responsável pela disciplina de Produção Textual. Ainda que ele não previsse, como resultado material final a produção textual dos alunos, esta era parte importante da avaliação do bimestre em curso pela professora-parceira, que utilizava a discussão promovida pelas Tertúlias das Artes para composição de repertório cultural e argumentativo, considerando sobretudo a competência 5 do ENEM, relativa aos Direitos Humanos.

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é o principal caminho de acesso às universidades brasileiras. Além de 180 questões objetivas, divididas em quatro áreas do conhecimento (Códigos e Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática) e aplicada em dois dias de avaliações, ela exige a produção de um texto dissertativo argumentativo, avaliado em 1000 pontos por meio de 5 competências, mensuradas entre 0 e 200 pontos, que são: 1. domínio da escrita formal da Língua Portuguesa; 2. compreender a proposta e não fugir do tema; 3. selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; 4. conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; 5. elaborar a proposta de intervenção para o problema.

A partir disso, muitas dúvidas e dificuldades são narradas pelos discentes e ratificadas pelos docentes no que se referem a: (1) dominar repertórios de variados temas; (2) saber o que são direitos humanos e como aplicar esse conhecimento à produção escrita do exame nacional; (3) como estruturar a competência 5 com os elementos estruturantes fundamentais para validar a proposta de intervenção e obter uma boa avaliação neste item.

Conforme Cartilha do Participante da edição 2021 da prova nacional,

Para a avaliação das redações, são considerados os seguintes princípios norteadores dos direitos humanos, pautados no artigo 3º da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, o qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade. • Sustentabilidade socioambiental. (Cartilha INEP, 2021, p. 22)

¹³ Além das redes sociais do projeto, os discentes do CEFET-MG/Varginha utilizavam as redes sociais da coordenadora do projeto para interação, sobretudo o direct do Instagram.

Os temas do ENEM versam comumente sobre questões sociais relevantes e pendentes em nosso contexto social, histórico, político e cultural, a partir de eixos temáticos que viabilizem a delimitação de assunto passível de discussão e de proposição de uma intervenção que vise a diminuir e/ou erradicar problemáticas em torno do tema da prova nacional. Assim, textos que não considerem os direitos humanos, têm sua nota zerada na competência 5, o que implica numa perda relevante de pontuação em uma avaliação amplamente concorrida como o ENEM, visto que propostas que desrespeitem os direitos humanos, que os neguem, que discriminem qualquer grupo de indivíduos ou que sugiram qualquer ação que agrida a dignidade da pessoa humana são avaliadas como inadequadas pelos critérios da prova e ficam sem nenhuma nota de avaliação (Cartilha INEP, 2021, p. 23)

Nesse sentido, ao ampliar os conhecimentos dos discentes sobre os direitos humanos, outros temas também estariam em pauta; e esse repertório sócio-histórico-cultural, que de modo interdisciplinar atravessa a discussão argumentativa do texto do ENEM, na forma da avaliação escrita, é a leitura de mundo (FREIRE, 1989) dos estudantes que se espera numa produção escrita nesse formato de avaliação, ou seja, os conteúdos acumulados ao longo do Ensino Médio, que de modo crítico, estarão expostos no texto argumentativo-dissertativo deles.

Segundo Cartilha do Participante, a grade de correção da competência 5, assim como nas demais, varia de 0 a 200, considerando os aspectos fundamentais que a estruturam e argumentadas ao longo do projeto de texto do discente, tais como: “1) O que é possível apresentar como solução para o problema? 2) Quem deve executá-la? 3) Como viabilizar essa solução? 4) Qual efeito ela pode alcançar? 5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?” (Cartilha INEP: 2021, p. 21-22). E no caso da competência 5, em específico, as dificuldades se fazem mais contundentes nos textos dos estudantes, visto que ela exige uma forma de ser estruturada e avaliada, pois além de estar articulada a toda discussão desenvolvida no texto, deve apresentar claramente os elementos formais que a compõem e que respondem às questões destacadas anteriormente: ação, agente, modo/meio, efeito/finalidade e detalhadamente, não necessariamente nessa ordem.

A seguir, tem-se o enunciado da produção e exemplo da conclusão de uma produção discente, realizada após a Tertúlia Dialógica de 30 de setembro de 2022, sobre o tema "Estereótipos gênero", em que se notam os elementos específicos que compõem

a avaliação, como agente, modo/meio, ação, detalhamento e efeito/finalidade redigidos de modo articulado ao viés argumentativo, e tendo como base os objetos culturais motivadores para as discussões:

Enunciado - A partir das argumentações e materiais motivadores do projeto de extensão "Artes e Direitos Humanos" [...] sobre o tema "Estereótipos gênero", desenvolvido por meio da roda conversa realizada dia 30/09, produza texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "Igualdade de gênero em questão no Brasil". (Arquivo do sistema de produção, 30.09.22)

Exemplo da produção (conclusão) - Dessa forma, a ausência de igualdade plena entre homens e mulheres é um problema social que afeta os direitos sociais de parcela significativa da população. Por isso, esse impasse deve ser enfrentado pelos órgãos competentes de maneira eficaz. Assim, cabe ao Ministério da Educação, por meio do uso de verbas governamentais, determinar a inserção de uma nova disciplina, em todo o ensino básico. Esse projeto deverá se chamar "Igualdade e inclusão" e terá como objetivo uma educação humana, para a construção de princípios de equidade e respeito entre todos. Somente assim, mais casos como o de Rachel de Queiroz serão vistos na sociedade brasileira. (produção discente, curso de Edificações, avaliada em 07 out. 2022)

Outro aspecto importante a destacar é como os discentes bem avaliaram a contribuição da abordagem das Tertúlias Dialógicas sobre seus repertórios e estratégias argumentativas para as produções textuais, em preparação para o ENEM. Conforme os dados que seguem, o aprofundamento de temáticas que se entrelaçam com os direitos humanos foi contundente para que eles tivessem mais conteúdo e conhecimento sobre o que e como escreveriam não só a argumentação em si, mas especialmente a proposta de intervenção que estivesse de acordo com o respeito aos direitos humanos:

Questão	Informática	Mecatrônica	Edificações
	19 alunos	12 alunos	26 alunos
A discussão dos temas ajudou nas produções de textos realizadas por você?	Sim 89,4% Não 5,3% Talvez 5,3%	Sim 83,3% Não 0 Talvez 16,7%	Sim 80% Não 0 Talvez 20%

Com o desenvolvimento do projeto, abriram-se importantes possibilidades de contribuir com o conhecimento dos estudantes, apresentando-lhes temas contundentes de nosso cenário brasileiro, que permitiram exercitar a prática argumentativa e também fornecer informações mais detalhadas sobre leis, conceito de minorias, órgão públicos e seu funcionamento diante do não cumprimento dos direitos e deveres dos cidadãos, conforme apontado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASI, 2018b, p, 9-10) ao

visar a uma educação básica, em suas competências gerais, comprometida com o desenvolvimento global dos alunos, em sua integralidade crítica, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

CONCLUINDO (MAS NÃO ENCERRANDO)...

O **Caderno de Educação em Direitos Humanos**, de 2013, esclarece que toda ação focada nos direitos humanos “deve conscientizar acerca da realidade, identificar as causas dos problemas, procurar modificar atitudes e valores, e trabalhar para mudar as situações de conflito e violações dos direitos humanos, trazendo com marca a solidariedade e o compromisso com a vida” (BRASIL, 2013, p. 34). É atento a essa diretriz que o projeto de extensão **Artes e Direitos Humanos: educação e formação cidadã na Educação Básica** foi construído e desenvolvido, entendendo que era necessário que todos os participantes das atividades se debruçassem sobre realidades de violação dos direitos humanos e de exclusão na comunidade escolar e local para propor formas de enfrentamentos diversos, engajando-se na ideia chave para compreensão dos direitos humanos, que se dá no reconhecimento de “que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (CANDIDO, 1995, p. 239). Tratou-se, pois, de um projeto que promoveu um processo de alteridade e de empatia, permitindo que os participantes do projeto saíssem de si e reconhecessem o outro, igual e diferente, todos sujeitos de direito.

Com o projeto de extensão foi possível fomentar a discussão a respeito dos direitos humanos tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, por se tratar de um projeto que foi realizado a partir da parceria entre duas instituições de educação federais, tendo as artes como agentes promotores e problematizadores destes. Espera-se, ao final do projeto, que ele possa repercutir em ações educativas concretas nos espaços escolares e na comunidade como um todo, considerando sobretudo o engajamento de seus participantes.

Relacionado a isso, espera-se também a integração da UNIFAL-MG, Campus Varginha, ao campo dos direitos humanos, fortalecendo ações como essa na instituição e o envolvimento dos alunos, a fim de promover uma cultura em direitos humanos. Em

sintonia com isso, o projeto pode apontar outros caminhos para atividades didáticas relativas aos direitos humanos no espaço escolar da educação básica e superior, repercutindo em pesquisas e projetos voltados para a educação e para políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2018a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitoshumanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 09 de mar. de 2020.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação. Ministério da Educação. Distrito Federal: Brasília, 2018b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em 21 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução 01/2012**. Brasília: CNE, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 14 de fev. 2021.

BRASIL. **Caderno de educação em direitos humanos: educação em direitos humanos – diretrizes nacionais**. Brasília: secretaria nacional de promoção e defesa dos direitos humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 de fev. 2021.

BRASI. **Cartilha do participante ENEM 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em 10 nov. 2022.

CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FLECHA, Ramon; CARRIÓN, Rocío; GONZALEZ, Aitor. Transferencia de tertulias literarias dialógicas a instituciones penitenciarias. **Revista de Educación**, Madri, 360. Enero-abril 2013, p. 140-161.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2008.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAGENDZO, Abraham. La Educación en Derechos Humanos y la Justicia Social en Educación. RODINO, Ana Maria et al. (org.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas, João Pessoa: CCTA, 2016.

SILVA, Aínda Maria Monteiro; TAVARES, Celma. **A formação cidadã no ensino médio**. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

UNESCO. **Programa Mundial para educação em direitos humanos**. Nova York; Genebra, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf. Acesso em 10 de mar. 2020.